



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Magda Angélica de Oliveira Gonçalves

CONTRIBUTO PARA O PLANO DE GESTÃO DA ZONA
CENTRAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Relatório apresentado para cumprimento dos requisitos da unidade curricular da
Dissertação I em Reabilitação Não Estrutural I, orientada pela Professora
Doutora Fernanda Paula Marques de Oliveira

Julho, 2019

Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

CONTRIBUTO PARA O PLANO DE GESTÃO DA ZONA CENTRAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Magda Angélica de Oliveira Gonçalves

Relatório apresentado para cumprimento dos requisitos da unidade curricular da
Dissertação I em Reabilitação Não Estrutural I, orientada pela Professora
Doutora Fernanda Paula Marques de Oliveira

Julho de 2019

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA TEMÁTICA.....	4
2. OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS DO TRABALHO A DESENVOLVER.....	8
2.1. OBJETO DE ESTUDO	8
2.2. OBJETIVOS A DESENVOLVER.....	8
3. METODOLOGIA DO TRABALHO A DESENVOLVER E RECURSOS	
NECESSÁRIOS.....	10
4. PLANO DE TRABALHOS	13
5. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA TEMÁTICA

A Região Autónoma dos Açores, é constituída por nove ilhas de origem vulcânica, situadas no Norte do Atlântico, com diferentes configurações, orologias, morfologias, ambientes, climas e mesmo relações de proximidade. As ilhas foram povoadas em fases distintas. Embora as populações tenham começado por se fixar na zona costeira (nas enseadas e praias), dinamizaram, posteriormente, o povoamento à volta das ilhas pelo litoral, mas relativamente distante da costa, de acordo com as condições geográficas de cada ilha.

As condições geográficas ditam a insularidade, fenómeno indissociável dominante em todos os aspetos da sociedade açoriana, que se reflete no modo de vivência, na sua cultura e mesmo na ocupação do território.

Nos primórdios, a coroa Portuguesa determinou o povoamento das ilhas, em sistema senhorial, elegendo o Donatário para a governação do território e o Capitão ficava com a competência de distribuir a ocupação do território e desenhar as cidades.

Assim, a organização do território das ilhas foi realizada por capitánias, e durante um vasto período as ilhas foram pioneiras na estrutura de ocupação territorial e de fundação da vila.

Antonieta Reis Leite, no seu livro “Açores, Cidade e Território: Quatro Vilas estruturantes” (Leite, 2015) analisa do ponto de vista urbanístico, as quatro cidades que mais se destacaram no arquipélago, nomeadamente Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ponta Delgada e Horta. Assim refere que, em termos urbanísticos, em organizações político-administrativas bem estruturadas, evidencia-se um melhor planeamento e por sua vez uma malha urbana mais bem estruturada. Uma cidade de fundação reconhece o desígnio e as regras compositivas que a fundamentam, enquanto a indefinição de processos político-administrativas resultam em malhas urbanas pouco geometrizadas.

Especificamente para o núcleo urbano de Angra do Heroísmo, devido à sua localização de angra “pequena baía”, com condições excecionais para o comércio, a pesca e de porto de abrigo dos navios piratas, foi escala da “Carreira das Índias”. No século XV, com o crescimento demográfico e económico, a zona baixa e central é urbanizada de acordo com um traçado regular, retilíneo, com ruas amplas e paralelas apontadas ao mar, ligando toda a área portuária ao centro do núcleo de inspiração renascentista.

Na ilha Terceira, a cidade de Angra do Heroísmo teve um papel preponderante no panorama nacional e regional, se considerarmos que em 1474 recebeu o estatuto de sede de capitania-geral dos Açores, em 1534 de Diocese de Angra, com jurisdição sob todas as ilhas do arquipélago, e no mesmo ano foi a primeira vila a ser distinta como cidade no arquipélago, tendo conquistado a capital dos Açores.

No século XVI, estabeleceu-se a Provedoria das Armadas, sendo uma das funções apoiar as demais ilhas, os primeiros estaleiros navais situaram-se igualmente na baía. Mais tarde, em 1830 Angra é nomeada capital do Reino de Portugal. No século XIX, foi ainda o centro do movimento liberal em Portugal.

Durante quatro séculos Angra do Heroísmo destacou-se pela sua relevância geoestratégica, o enriquecimento e a troca de valores e culturas.

O sismo de 1 de janeiro de 1980, atingiu mais de 80% do edificado, mas a reconstrução melhorou grande parte das condições de habitabilidade dos edifícios, realçou os aspetos arquitetónicos e culturais da cidade e ganhou com isso o estatuto de cidade património mundial, em 1983, ao dar cumprimento ao objetivo específico de manter o seu aspeto característico e preservar a sua herança urbanística e arquitetónica, baseando-se na doutrina intervencionista e no princípio de unidade de estilo, utilizada genericamente na altura, em Portugal e na Europa.

Com a inscrição do bem na Lista do Património Mundial, reconheceu-se o seu valor universal excecional através da seguinte justificação dos critérios (IV) e (VI):

Critério (IV): situado no meio do Atlântico, o porto de Angra, porto de escala obrigatória para as frotas da África e das Índias, é um excelente exemplo de uma criação ligada ao mundo marítimo, no âmbito das grandes explorações;

Critério (VI): tal como a Torre de Belém, o Convento dos Hieronimitas de Lisboa e Goa, Angra do Heroísmo está direta e tangivelmente associada a um acontecimento de significado histórico universal: a exploração marítima que permitiu trocas entre as grandes civilizações.

Esta justificação é, no entanto, bastante sucinta e ao longo destes anos, nunca mais houve uma reflexão profunda sobre o valor excecional do bem, que justificou a inscrição, nem sobre outros valores patrimoniais com outros níveis de importância (nacional, regional e local) que é igualmente importante proteger.

As listas de um sítio de Património Mundial da UNESCO, só foram estabelecidas em 1972, e como Angra foi incluída em 1983, estas primeiras inscrições, os relatórios não possuem as mesmas exigências que atualmente impõem. Assim, entre outros não tem um Plano de Gestão para o bem classificado.

Em termos de instrumentos de planeamento urbano, Angra do Heroísmo tem desde 2004, em vigor o Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo, (estando atualmente em fase de revisão) e o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo datado de 2015. A vigorar há três anos, tem conforme legislação aplicável a oportunidade de realizar uma revisão.

Em termos de reabilitação urbana, o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2020 AÇORES, para a Região Autónoma dos Açores (RAA), prevê Planos de Regeneração Urbana Sustentável (PIRUS), destinados à intervenção nos centros históricos, orla marítima e áreas industriais abandonadas.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, decidiu proceder à elaboração do Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável – PIRUS para o período 2014-2020, para a cidade de Angra do Heroísmo, com o objetivo “6.5.1 - Melhorar a Qualidade do Ambiente Urbano dos Açores”¹. Ao qual integra, ainda, o Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo e Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo, o Plano Estratégico - Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira - Grandes Opções, Agenda Tecnológica, o Plano Integrado de Transportes e a Carta de Obras Públicas do Governo dos Açores.

No âmbito da prioridade 4 do Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica, (aviso-n.º-aco-16-2019) aponta-se para um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo, assente «(...) designadamente, na preservação e promoção do património cultural do Atlântico, numa estratégia que passa por assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, suportada em parcerias sólidas entre residentes, organizações da sociedade civil, economia local e os vários níveis de governação em ações de qualificação dos espaços urbanos centrais e das frentes marítimas. O resultado principal desta estratégia passa por melhorar o ambiente urbano das vilas e cidades dos Açores, tendo como resultado lateral, mas não

¹ Frase citada do site da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, acedido em: 5/07/2019. Disponível em <http://www.cmah.pt/residentes/ver.php?cat=96&id=19>.

desprezível, como preconiza a estratégia do atlântico, a fixação de emprego mais qualificado, através da dinamização do espaço urbano neste contexto. (...)»²

Nessa sequência, embora com características próprias da insularidade, adaptadas no espaço e no tempo, a Região tenta acompanhar as referências nacionais, europeias e internacionais com o objetivo de qualificar não só o património urbanístico como impulsionar o desenvolvimento económico e social.

O desafio de proteger o património urbano é igualmente um compromisso global de desenvolvimento sustentável a ser assumido, devendo basear-se nos princípios e estratégias preconizadas nos documentos internacionais para o património.

Assim, o centro urbano de Angra tem em fase de execução o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável PIRUS, que integra diversos programas e planos, prevendo um investimento com vista não só à reabilitação urbana, mas aos aspetos socioeconómicos e culturais. Denota-se que os intervenientes na sua área de intervenção defendem os seus interesses e desenvolvem os seus programas paralelamente, não coexistindo com as ações que integram o PIRUS, motivo pelo qual muitos dos aspetos ligados ao património são relegados para um segundo plano, quando ao mesmo tempo pretendem os salvaguardar.

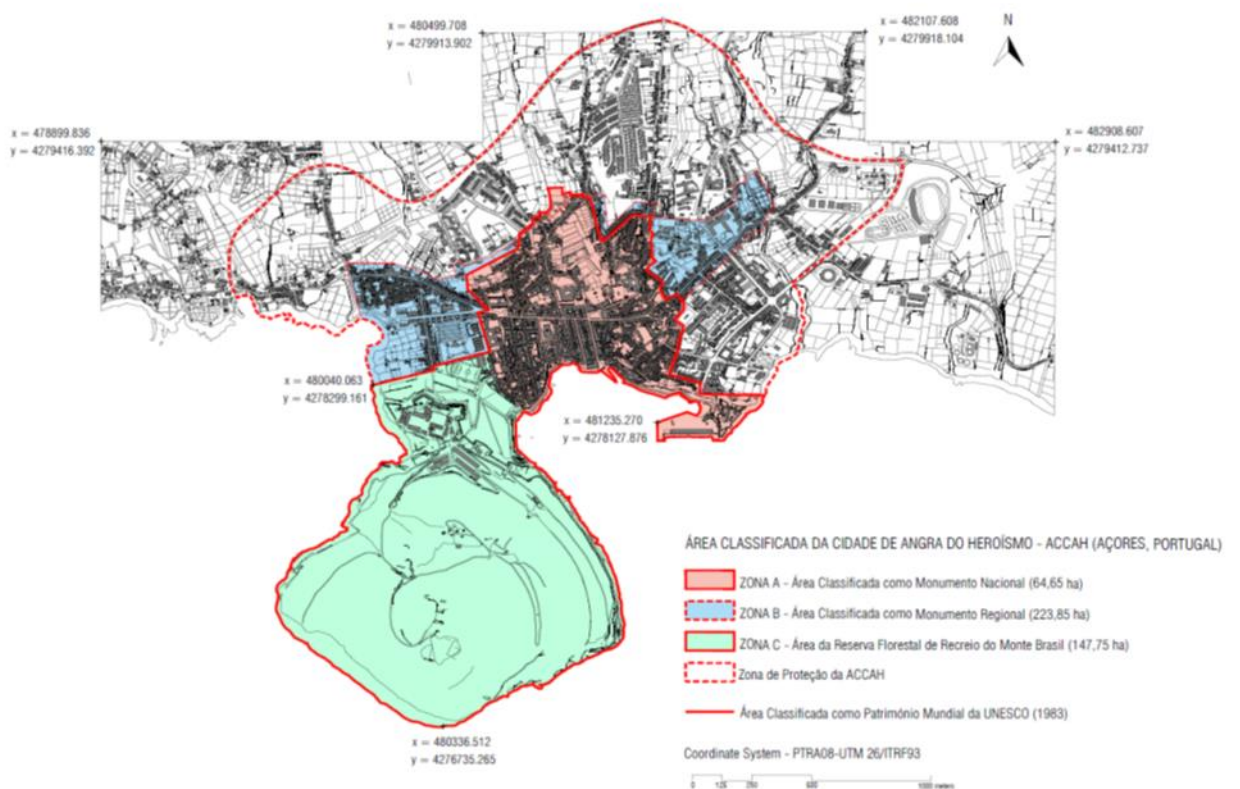
Note-se, ainda, ter sido diagnosticada, desde de 2004, a infestação dos edifícios por térmitas de madeira, praga que se centra essencialmente no centro urbano de Angra, mas tende a alastrar-se. Embora tenham sido tomadas as diligências necessárias para a sua eliminação, estas têm sido levadas a cabo em detrimento do valor patrimonial da madeira como parte integrante da estrutura dos edifícios de Angra.

² Frase citada do site da POAÇORES 2020. Acedido em: 05/07/2019. Disponível em: <http://poacores2020.azores.gov.pt/candidaturas/aviso-no-acores-16-2019-18/>.

2. OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS DO TRABALHO A DESENVOLVER

2.1. OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo é a zona central de Angra do Heroísmo, inscrita na Lista de Património Mundial em 1983, de acordo com os critérios (iv) e (vi), e inclui o centro urbano e uma área adjacente paisagística, designada de área florestal e de recreio.



Áreas Classificadas de Angra do Heroísmo e zona de proteção

2.2. OBJETIVOS A DESENVOLVER

O Plano de Gestão estabelece as estratégias, os objetivos, as ações e as políticas de intervenção. É uma ferramenta de avaliação do compromisso do Estado-parte com a manutenção do Valor Universal Excepcional do bem, com a garantia dos benefícios para a comunidade.

O Plano de Gestão destina-se aos que pretendem realizar candidatura, aos já inscritos e aos que tencionam efetuar a revisão do plano existente.

Assim, sendo omissa o Plano de Gestão para a zona Central de Angra do Heroísmo, é uma oportunidade de descrever e documentar de forma estruturada o sistema de gestão do bem. E, um dos parâmetros que integra o plano de gestão é a identificação dos valores e dos atributos que transmitem esses valores.

Neste contexto, pretende-se nesta dissertação:

1. Analisar/refletir sobre como se abordou a identificação dos valores e dos atributos que transmitem esses valores, do sítio património mundial ao longo dos anos e se essa identificação foi (ou não) utilizada para guiar a proteção e gestão do sítio.
2. Analisar se a abordagem proposta atualmente no Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo tem por base esses valores do sítio e se é consonante com as presentes orientações internacionais para a gestão dos sítios património mundial.
3. Auxiliar na execução do Plano de Gestão para a zona classificada (pretensão do Governo Regional), na análise de valor, nomeadamente os valores de conjunto urbano, ambientais e imateriais. No entanto, esta dissertação abordará somente os valores de conjunto urbano e possivelmente os ambientais. Os valores imateriais, por ser área do património intangível não se enquadram no estudo pretendido.
4. Pretende-se assim, com este trabalho contribuir para uma reflexão mais profunda sobre os valores patrimoniais existentes, nomeadamente os valores históricos, urbano/arquitetónicos e ambientais, que ajudem a definir princípios e estratégias de proteção e gestão para o respetivo plano, o qual deve ser articulado com outros instrumentos de planeamento em vigor na área, designadamente em matéria de reabilitação urbana.
5. O estudo poderá igualmente esclarecer os valores do sítio que interessa salvaguardar aos vários interessados e intervenientes envolvidos nas políticas de desenvolvimento da cidade, administração regional, local, os técnicos das várias áreas e a comunidade, do conhecimento da sua identidade local, proporcionando os recursos que orientarão os princípios das intervenções urbanas, ambientais, económicas, sociais e culturais.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO A DESENVOLVER E RECURSOS NECESSÁRIOS

Pretende-se basear a metodologia de acordo com o Manual de referência do património mundial - Preparação das candidaturas a património mundial e o Manual de referência do património mundial – Gestão do Património Mundial Cultural, 2011 e as presentes orientações internacionais para a gestão dos sítios património mundial, para a pesquisa, a análise bibliográfica, a elaboração de mapeamentos e execução análise dos dados quantitativa:

1.ª fase:

1. Identificar e distinguir dois níveis de valores: os que estiveram na base da inscrição do bem na lista do património mundial (ou o seu valor universal excecional), enquanto reconhecimento internacional assim como outros valores que têm importância a nível nacional, regional ou mesmo local, que deverão ser igualmente considerados numa gestão eficaz do bem. Para tal é necessário:

1.1. Analisar a declaração de valor universal excecional adotada pelo Comité do património mundial, principalmente a parte da justificação dos critérios utilizados;

1.2. Analisar outros tipos de documentos (legislação, planos, etc.) para verificar se contém referência a outros níveis de valores.

2.ª fase:

2. Identificar os atributos que exprimem o valor excecional do bem assim como os valores patrimoniais existentes, nomeadamente os valores históricos, urbano/arquitetónicos e ambientais, com a consciência de que existem três tipos de categorias ou tipos de atributos: características físicas, processos e associações. O atributo das 'Associações' não será desenvolvido, devido à sua especificidade (relacionado com aspetos religiosos e sociais). (Manual de referência do património mundial - Preparação das candidaturas a património mundial, 2011.)

2.1. Analisar a documentação para os Valores Históricos: sobre o desenvolvimento da cidade, conceitos de autenticidade e integridade; análise de

documentação bibliográfica, de estatísticas oficiais, aspetos demográficos, sociais, económicos, culturais e político administrativo;

2.2. Levantamento dos Atributos, com recurso a uma amostragem de uma zona delimitada para posterior mapeamento:

2.2.1. Características físicas do conjunto urbano (espaço público e edificado);

2.2.2. Processos (associado à execução das características físicas).

2.3. Analisar os valores Ambientais.

2.4. Na identificação das expectativas (dos atributos diagnosticados) dos vários interessados e intervenientes envolvidos nas políticas de desenvolvimento da cidade, como a administração regional, local, os técnicos das várias áreas e a comunidade.

Prevê-se realizar entrevistas uma amostra de cerca de 15 pessoas aos intervenientes identificados, nomeadamente:

2.4.1. Entrevistas com questões relacionadas com os valores e seus atributos, o que valorizam no edificado/espaço público, no espaço natural; A importância do envolvimento da população residente; expectativas de cada grupo;

Aos intervenientes envolvidos diretamente nas políticas de desenvolvimento do bem classificado, nomeadamente:

- Administração pública regional: Direção Regional da Cultura e Serviços Florestais da Terceira;
- Administração Local: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;
- Técnicos intervenientes (arquitetos, arqueólogos);
- Comunidade (população residente).

3ª fase:

3. Analisar se os instrumentos que são atualmente utilizados para proteger e gerir o bem fazem referência aos valores do bem e se estes servem como base para definir os princípios, objetivos e estratégias de proteção e gestão;

Realizar esta fase através de uma análise descritiva e expressa em quadros quantitativos.

4ª fase:

4. Verificar se a abordagem realizada até ao momento tem sido a mais correta e se é consonante com os vários documentos internacionais sobre o património.

4.1. Analisar a influência dos mecanismos das políticas patrimoniais e de gestão territorial no eventual impacto nos valores que fizeram parte da classificação de Património Mundial. Nomeadamente, dos instrumentos já existentes a Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A de 4 de fevereiro, o Plano Diretor Municipal e o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo, ratificado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2015/A de 7 de abril.

4.2. No que diz respeito aos instrumentos de reabilitação urbana, analisar a compatibilidade com o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável de Angra do Heroísmo (PIRUS) para o período de 2014-2020. De acordo com o mesmo, prevê-se um «(...) conjunto muito concreto de ações, materiais e imateriais, destinadas a promover a melhoria das condições urbanas, económicas, sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticas, e a gerar um território com uma identidade reforçada, mais coeso e apto a atrair as oportunidades que dinamizem o seu tecido económico e social (...)».

Realizar esta fase através de uma análise descritiva e expressa em quadros quantitativos.

Volvidos 36 anos da classificação da Zona Central de Angra do Heroísmo, como Património Mundial, pela UNESCO, «É essencial documentar o estado atual das áreas urbanas e a sua evolução, facilitar a avaliação das propostas de alterações, e aperfeiçoar as competências e os procedimentos de proteção e gestão». Uma boa compreensão dos valores e dos atributos que exprimem esses valores é a base de avaliação das condições de autenticidade e integridade do bem patrimonial e é sobre estes que se define o tipo de plano e as ações de gestão.

4. PLANO DE TRABALHOS

Este ponto reflete a planificação dos trabalhos previstos para atingir os objetivos propostos na metodologia apresentada. Assim, os dois primeiros meses (maio e junho) foram destinados à definição do tema e o tipo de abordagem pretendida e ainda leitura de fontes e bibliografia.

O mês de julho e agosto, pretende-se continuar com a pesquisa, leitura de fontes e bibliografia, preparar as fichas de levantamento, os questionários e demais recursos, de modo a verificar o esquema inicial, com vista à eventual correção ou mesmo o aperfeiçoamento; Elaboração de um esboço de esquema de desenvolvimento, com as tarefas ligadas a cada ponto apontado na metodologia;

Durante os meses de setembro, outubro e novembro, efetuar a recolha de dados e a investigação sobre a informação necessária, conforme previsto para as fases 2.^a e 3.^a;

No mês de dezembro, finalizar a última análise relativo aos planos e iniciar a análise e avaliação em termos críticos os resultados obtidos, com vista à concretização dos objetivos;

O mês de janeiro e fevereiro de 2020, corresponde à 5.^a fase com o desenvolvimento da proposta final e considerações finais para no mês de fevereiro, realizar uma revisão de todo o documento.

Fases	2019								2020	
	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro
1										
2										
3										
4										
5										

O trabalho será desenvolvido a partir de consulta bibliográfica, como:

1. LEITE, Antonieta Reis, “Açores, Cidade e Território: Quatro Vilas Estruturantes”. IAC – Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo. 2015

Contributo para a compreensão de uma parte do processo de construção da cidade portuguesa da Expansão. Revê o tema no contexto específico do arquipélago, o

surgimento e materialização dos espaços urbanos nas ilhas, esclarecendo sobre o contexto normativo do ordenamento do território, essencial para se compreender o processo de povoamento bem como para identificar e esclarecer as funções dos diversos intervenientes na construção do território açoriano.

2. Manual de referência do património mundial - Preparação das candidaturas a património mundial, 2011.

Documento de apoio às candidaturas a património mundial, e como se pretende fazer uma análise sobre os valores patrimoniais, o manual apresenta definições e demais orientações de acordo com cada tipo de valor.

3. Manual de referência do património mundial – Gestão do Património Mundial Cultural, 2011

Perante o objetivo de contribuir para o Plano de gestão de Angra do Heroísmo, para além das orientações para a estrutura do sistema de gestão de património, apresentam igualmente ferramentas práticas relativas à análise dos valores patrimoniais.

4. GUEDES, J.H.Correia, LUCAS, Arcindo R.A., OLIVEIRA, Carlos Sousa, ed. (1992), “10 anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980, vol 1 e 2”. Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas – Açores, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa. 1992

Este livro com dois volumes, reúnem as apresentações, os estudos, notas e diversos dados que não foram expostos neste colóquio. Aborda os aspetos técnico-científicos entre outros caracteriza o edificado, o espaço público e privado, as principais medidas legislativas e o comportamento dos edifícios face ao sismo.

5. Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, Volume L, 1992.

Estes boletins são as compilações de artigos, atas e diversos estudos na área da cultura dos Açores. Neste volume específico revela que este Instituto realizou a proposta de classificação da Cidade de Angra do Heroísmo, acompanhou algumas das visitas de entidades por parte da UNESCO; foi constituído um Centro UNESCO dos Açores, dirigido pelo Instituto Histórico dos Açores destinado a realizar ações de sensibilização. E, entre outros um artigo do Dr. Maduro-Dias, a sua perspetiva sobre o entendimento de um centro histórico.

5. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, J. E. de. (1843). *Topographia ou Descrição Physica, Política, Civil, Ecclesiastica e Histórica da Ilha Terceira dos Açores. Impressa de Joaquim Joze Soares.*
- Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira. (1992). Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira. (1996). Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Borges, P., & Myles, T. (2007). *Térmitas dos Açores.* Lisboa: Principia Editora.
- Braz, H. (1985). *Ruas da Cidade (Notas para a toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira) e Outros Escritos.* Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Choay, F. (2006). *Alegoria do Património.* São Paulo: Unesp: Estação Liberdade.
- Fernandes, J. M. (1989). *Coleções de Cidades e Vilas de Portugal: Angra do Heroísmo.* Lisboa: Editorial Presença.
- Fernandes, J. M. (2008). *Angra do Heroísmo: Aspectos Urbano-Arquitectónicos.* Angra do Heroísmo: IAC - Instituto Açoriano de Cultura.
- Gouveia, P. D. de M. (2002). *Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva.* Universidade de Évora.
- Leite, A. R. (2002). Angra, um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa. *Separata Da Revista Atlântica.* Angra do Heroísmo: IAC - Instituto Açoriano de Cultura.
- Leite, A. R. (2015). *Açores, Cidade e Território: Quatro Vilas Estruturantes.* IAC - Instituto Açoriano de Cultura.
- Lopes, F. (1980). Da Praça às Covas-Memória de uma Velha Rua. Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Maduro-Dias, F. dos R. (1999). *Angra do Heroísmo: Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo.* Região Autónoma dos Açores.
- Oliveira, C. S., Lucas, A. R. A., & Guedes, J. H. C. (Eds.). (1992). *Monografia 10 Anos após o sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980, volumes 1 e 2.* Angra do

Heroísmo e Lisboa: Governo Regional dos Açores: Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas (Terceira); Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Lisboa).

Rossa, W. (2015). *Fomos Condenados à Cidade: Uma Década de Estudos sobre Património Urbanístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-0883-9>

UNESCO. (2004). *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage* (13). (M. Rosler, Ed.). UNESCO - World Heritage Centre.

UNESCO. (2015). Policy Document for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the World Heritage Convention (pp. 1–18).